

DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA EM AUDIÊNCIA

Athos Gusmão Carneiro

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
Professor de Direito Processual Civil na UFRGS
e no Curso de Preparação à Judicatura da AJURIS

I

COLOCAÇÃO DA CONTROVÉRSIA

1. *Questiona-se:*

Nos processos em que é realizada audiência de instrução e julgamento, a sentença (de mérito, ou eventualmente de extinção do processo sem julgamento de mérito) deve ser necessariamente publicada em audiência? Ou pode ser simplesmente publicada em cartório, pela inserção aos autos, com posterior intimação às partes?

A matéria permanece polêmica na doutrina e na jurisprudência, sem embargo de recente manifestação da 2ª Turma do Pretório Excelso, aliás em processo originário do Estado do Rio Grande do Sul (R.E. n. 84.830, acórdão transcrito na íntegra, na parte II, deste trabalho), pela necessidade da publicação em audiência.

2. A relevância do tema pode ser aquilatada pela simples consideração de que, na lição de FREDERICO MARQUES, antes de publicada a sentença, é mero trabalho de seu prolator: 'A publicidade é que lhe imprime a existência jurídica como ato do processo' ('Instituições de Direito Processual Civil', Forense, vol. III, n. 846, ed. 1959).

LOPES DA COSTA, com a costumeira acuidade, observou que a sentença corresponde à lei aplicada ao caso concreto, e que 'a vontade que ela

O presente trabalho é capítulo de obra a ser publicada pela Cia. Editora Forense, sob o título 'Audiência de Instrução e Julgamento — Aspectos Teóricos e Práticos'.

traduz precisa, assim, ser também de vez fixada no mundo exterior', o que se realiza mediante sua publicação ('Direito Processual Civil Brasileiro', v. III, 1948, n. 18).

3. Nos casos em que a sentença *não é* prolatada (e, assim, simultaneamente publicada) na própria audiência de instrução e julgamento, imediatamente após encerrados os debates orais, em tais casos *três posições* podem ser, à luz do direito processual legislado, razoavelmente sustentadas:

a) o processo é conclusivo e o juiz redige, então, a sentença nos próprios autos ou em peça escrita, a qual será pelo escrivão publicada mediante termo de juntada, correndo o prazo recursal a partir da intimação às partes (C.P.C., art. 506, II);

b) ao juiz, em não se achando habilitado a ditar e publicar a sentença imediatamente findos os debates orais, cumpre designar data para audiência de leitura e publicação da sentença, e deste ato passará a fluir o prazo recursal (C.P.C., art. 506, I). É possível, outrossim, considerar dita audiência como uma audiência especial, ou simplesmente como a etapa derradeira, sob o princípio da unidade e continuidade (C.P.C., art. 455), da própria audiência de instrução e julgamento;

c) pertence ao juiz a *opção* entre designar audiência para publicação da sentença, ou publicá-la redigindo-a nos autos ou mediante simples junta-da aos autos da peça escrita; ou seja, ambas as soluções, a) e b), são processualmente admissíveis.

4. No sistema do Código Processual Civil de 1939, nas demandas sob rito ordinário, após encerrado o debate, proferia o juiz de imediato a sentença; mas, se não estivesse habilitado a decidir, cumpria-lhe designar, 'desde logo, outra audiência, que se realizará dentro de 10 dias, a fim de publicar a sentença' (art. 271, e parágrafo único).

No procedimento ordinário, portanto, a eficácia da sentença tinha por pressuposto sua publicação em audiência, quer na própria audiência de instrução e julgamento, quer em posterior audiência especialmente designada para tal finalidade.

Após mencionar o sistema das Ordenações, de publicação das sentenças, regra geral, em audiência, PEDRO BATISTA MARTINS observou que 'hoje, em todas as ações que se processam em audiência, nesta é que se publicará a sentença, não mais podendo os juízes havê-la por publicada em cartório' ('Coments. ao C.P.C.', vol. III, T. 2º, 1960, n. 124).

A lei, aliás, exigia a leitura da sentença na audiência, *ut* art. 812: 'Constar-se-á da data de leitura da sentença (art. 271) o prazo para interposição de recurso, observando-se nos demais casos o disposto no art. 28'.

Pelo Código de Processo Civil vigente, a publicação em audiência deixou de ser, inclusive no procedimento comum ordinário, requisito inafastável de existência jurídica da sentença, e isso face ao instituto do *juízo antecipado da lide* conforme o estado do processo; aliás, o *juízo antecipado da lide* encontra sua maior virtude exatamente na brevidade e economia decorrentes de a decisão de mérito ser proferida de logo, independentemente da realização de qualquer audiência.

Daí a decisão unânime do Simpósio de Processo Civil de Curitiba (outubro de 1975), conclusão XXXVI: 'No caso de julgamento antecipado da lide, não há publicação da sentença em audiência'.

II

POSIÇÕES DA DOUTRINA

5. Autores vários adotam a primeira posição, pela desnecessidade de audiência 'de leitura da sentença'.

Vale mencionar ARRUDA ALVIM, com a categórica proposição de que 'desde que o juiz encerre a audiência de instrução, nesta última hipótese, não mais está obrigado a, prolatada a sentença, publicá-la em audiência. Inexiste esta exigência no novo sistema' (artigo 'Sentença no Processo Civil', in 'Revista de Processo', 2/84). E, adiante: 'Com isso termina-se com a discussão em torno da nulidade, ou não, da sentença proferida fora da audiência: face ao sistema atual, válida é a sentença proferida na própria audiência, como válida também o é a sentença proferida até dez dias após a realização da audiência, sem que, para esta publicação realizada fora da audiência, seja necessária a designação específica de audiência (aplica-se, *in casu*, o art. 240 e, especificamente, o art. 242)' (ob. cit., p. 85).

Também assim MONIZ DE ARAGÃO ('Coments. ao C.P.C.', Forense, vol. II, 2ª ed., 1976, n. 334 e 335), com excelente exposição da matéria. Idem SÉRGIO FADEL, 'Código de Processo Civil Comentado', Konfino, III/19; WELINGTON M. PIMENTEL, 'Coments. ao C.P.C.', R.T., III/486-487; GALENO LACERDA, 'O Novo Direito Processual e os Feitos Pendentes', Forense, p. 44.

6. Dentre os autores que preconizam a *necessidade* de publicação da sentença em audiência, cumpre referir BARBOSA MOREIRA, que explicita seu ponto de vista in 'Coments. ao C.P.C.', Forense, V/408-409, 3ª ed., 1978, nota n. 496 ao n. 199; igualmente HÉLIO TORNAGHI, 'Coments.

ao C.P.C., R.T., II/219, ed. 1975, ambos com o argumento fundamental de que a audiência, à qual alude o art. 242, § 2º, do C.P.C., só pode ser a de 'leitura da sentença', pois para a de instrução e julgamento jamais os advogados poderiam deixar de ter sido intimados, pena de invalidade. Também JACY DE ASSIS, in 'Revista Brasileira de Direito Processual', 4/197-198; ERNANI VIEIRA DE SOUZA, artigo de doutrina in 'Anais Forenses de Mato Grosso', vol. XXXVII, sob o título 'Da Necessidade de Publicação da Sentença em Audiência', igualmente publicado na revista AJURIS, 6/71.

7. Outros juristas põem a audiência de publicação como ato processual não obrigatório, mas cuja realização fica a critério do magistrado.

Para HUMBERTO THEODORO JÚNIOR será 'conveniente designar-se nova audiência para leitura e publicação da sentença, embora não haja, expressamente, essa exigência na lei' ('Processo de Conhecimento', Forense, vol. II, n. 494).

FREDERICO MARQUES coloca a opção em mãos do juiz:

'A sentença é, de regra, publicada na audiência, situando-se aí o *dies a quo* para a interposição de recurso. Deve, por isso, o juiz, quando não a proferir após os debates ou a entrega dos memoriais, designar logo em seguida o dia e hora da audiência para a publicação da sentença. Se assim não proceder (isto é, se deixar de fazer a designação após os debates ou a entrega dos memoriais), poderá a publicação ser feita em mãos do escrivão (infra, n. 528), intimando-se as partes na forma dos arts. 236 e 237 (art. 242, § 2º), ou então em audiência que será previamente designada com despacho nos autos' ('Manual de Direito Processual Civil', vol. III, n. 519).

Mestre PONTES, em trecho redigido com vistas especificamente ao Código vigente, põe as três soluções:

'O juiz pode proferir a sentença na audiência, ou no prazo de dez dias (art. 456). Quanto à sentença que não foi proferida na audiência, tem-se de responder se ao juiz cabe: a) o dever de designar audiência para o proferimento da publicação, ou b) pode escolher entre a designação dessa nova audiência, ou a simples publicação (ou intimação), ou c) apenas pode publicar (ou intimar da sentença) que não proferira na audiência de instrução e julgamento. *A solução que evita controvérsias é a solução b*. No direito anterior (Código de 1939, art. 271, parágrafo único), a solução era a solução a), mas o texto de 1973 é diferente' ('Coments. ao C.P.C. de 1973', Forense, VII/133, n. 6) (o grifo é nosso).

III

DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE LEITURA E PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

8. Salvo melhor juízo, pela sistemática do atual Código de Processo Civil — e mesmo afastadas de logo as hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, ou de sentença em procedimentos especiais — *não é indispensável* a leitura e publicação da sentença em audiência, podendo, portanto, o magistrado, naqueles casos em que não se julgou habilitado a preferi-la após os debates orais, simplesmente redigir a sentença nos autos ou entregá-la em cartório para sua processualização, correndo então o prazo recursal da posterior intimação às partes, nos termos do art. 506, II, do diploma vigente.

Afigura-se menos relevante o apelo à tradição, pois inclusive pelo Regulamento n. 737, de 25.11.1850, art. 233, era lícito ao juiz publicar a sentença em audiência, ou dá-la por 'publicada em mão do escrivão, lavrando este nos autos o termo competente' (art. 233). E a própria Ordenação admitia a publicação em mãos do escrivão, quando menos nos processos sumários: 'E depois que o julgador der huma vez sentença diffinitiva em algum feito, e a publicar, ou der ao Scrivão, ou Tabellião, para lhe pôr o termo da publicação, não tem mais poder de a revogar' (Ord., III, 66,6; ALMEIDA E SOUZA, 'Segundas Linhas', 1868, Lisboa, nota n. 570).

9. E se aceitamos, hodiernamente, o formalismo procedimental apenas na medida em que se constitua e atue como garantia aos direitos das partes e à correta aplicação da lei, é de indagar se a publicação da sentença, em audiência para tal especialmente designada, acrescenta, em realidade, algum *plus* em prol a tais garantias. Impõe-se resposta negativa, sob pena de entendermos que, ao dispensar a audiência nos julgamentos previstos no art. 329 e no julgamento antecipado da lide, o Código estará abrindo mão, em demandas sob rito ordinário, de tais garantias. Nenhuma diferença existe, sob qualquer aspecto substancial, entre a sentença que julga antecipadamente o mérito e a que julga a lide após a instrução em audiência, de molde a justificar com relação à segunda, em caráter cogente, uma modalidade formal de publicação que com relação à primeira inexistente.

10. A argumentação daqueles juristas e magistrados, que propugnam pela subsistência da audiência de publicação da sentença, repousa basicamente em exegese do art. 242, §§ 1º e 2º, do Código vigente.

Pelo parágrafo 1º, reputam-se os advogados intimados na audiência, 'quando nesta é publicada a decisão ou a sentença'.

Pelo parágrafo 2º, 'não tendo havido prévia intimação do dia e hora designados para a audiência, observar-se-á o disposto nos arts. 236 e 237', isto é, os advogados serão intimados através o jornal oficial, ou pelo escrivão, ou por carta registrada com AR.

Deduzem, então, que não sendo possível realizar validamente a audiência de instrução e julgamento, sem que hajam sido antes dela intimados os advogados, a audiência à qual se refere o § 2º, do art. 242, deverá, em consequência, ser uma outra audiência, especialmente designada para a publicação da sentença. É o argumento do eminente Ministro MOREIRA ALVES, em voto no já aludido R.E. n. 84.830: 'É claro que essa audiência só pode ser a de publicação, porque se fosse a de instrução e julgamento, esta seria nula, por falta de intimação'.

É, no entanto, possível afastar tal linha de raciocínio. Frequentes vezes acontece, na prática forense, que alguma parte deixe de ser intimada, ou o seja nulamente, para a audiência de instrução e julgamento, na qual a sentença vem a ser proferida. O prazo recursal, para tal litigante, somente começa a correr da data em que o mesmo, a teor dos arts. 236 e 237, venha a ser intimado, ou a partir da data em que compareça aos autos e se tenha por intimado, podendo, então, é evidente, como prefacial da apelação, suscitar a nulidade da audiência e da sentença. A sentença prolatada na audiência de instrução e julgamento, em tal caso, somente transitará em julgado, para o litigante cujo advogado não fora devidamente intimado, após transcorrido *in albis* o prazo recursal com o *dies a quo* na data da efetiva intimação.

11. E — devo ressaltar — por que admitir *como válida* a preconizada audiência de publicação da sentença, quando para a mesma não hajam sido intimados os advogados? A seguir a mesma linha de raciocínio já exposta, dever-se-ia designar, no caso do art. 242, § 2º, uma nova data para a audiência de publicação da sentença, com reiteradas diligências para a prévia intimação dos advogados. A nosso sentir, é menos feliz a solução formalista de exigir *sempre* a audiência de publicação da sentença, apesar da previsão legal de que as partes possam ser intimadas não no momento da aludida publicação, mas em data posterior. Mais simples e expedita, sem quebra de garantias, a inserção nos autos da sentença escrita, e de logo providenciar na intimação dos litigantes, tal como ocorre nos casos de julgamento antecipado da lide e demais julgamentos conforme o estado do processo.

12. Ao argumento ligado à *nulidade* da audiência de instrução e julgamento, é cabível contrapor o asserto de que do art. 457, *caput*, decorrem as possibilidades de sentença proferida no ato da audiência, e de sentença proferida *após* a audiência. O art. 456 prevê a prolação da sentença 'desde logo ou no prazo de 10 dias', e isso inclusive na hipótese de oferecimento de memoriais, os quais não são apresentados em audiência, mas entregues em cartório.

Convincente o magistério de MONIZ DE ARAGÃO:

'Ser ou não concebível realizar-se validamente a audiência de instrução e julgamento sem que, para ela, hajam sido intimados todos quantos possam vir a querer recorrer da sentença nela proferida é outro problema. O que não se afigura razoável é forçar a interpretação em torno desse aspecto para ressuscitar a 'audiência de leitura da sentença', cujo nascimento originou-se de clara e expressa disposição legal, em cuja ausência tem-se de concluir pela inexigibilidade de tal ato' ('Coments. ao C.P.C.', Forense, vol. II, 2ª ed., 1976, n. 335).

13. Admissível, no entanto, a solução *permissiva* ao juiz de, em determinados casos e por razões pragmáticas, não encerrar a audiência de instrução e julgamento após os debates orais, mas de logo marcar data para prosseguir a audiência com a leitura e publicação da sentença.

Quando os advogados são domiciliados em *outra comarca*, a eventual dificuldade no intimá-los por carta registrada e obter a devolução de AR devidamente subscrito, pode conduzir o magistrado a tal solução, que dispensará novas intimações aos procuradores comparecentes à audiência de instrução ou para a mesma devidamente intimados. É, reitero, posicionamento pragmático, atento às realidades do processo como *instrumento* que se deve adequar à mais pronta e eficaz composição do litígio.

Mas o juiz não está, salvo melhor juízo, legalmente *obrigado* a designar audiência para a só finalidade de ler e publicar a sentença proferida no prazo (não preempatório) previsto no art. 456, do C.P.C., *in fine*.

